



Boletim de Legislação



EJEF - *escola que forma e informa*

Nº 872 – 08 de julho de 2026

Abrangência: 27/06/2026 a 03/07/2026

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 13.040	DOU; 30/06/2026	Promulga a Declaração de Reconhecimento da Competência do Comitê contra a Tortura, de que trata o Artigo 22 da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, firmada em Nova Iorque, em 10 de dezembro de 1984.	Dec. 13.040 (Presidência da República)
DECRETO Nº 13.043	DOU; 30/06/2026	Institui a Política Nacional de Governança da Terra e o Programa Terras do Brasil e autoriza a criação da Plataforma Terras do Brasil.	Dec. 13.043 (Presidência da República)
DECRETO Nº 13.054	DOU; 03/07/2026	Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, para dispor sobre a condição de segurado especial dos associados em cooperativas.	Dec. 13.054 (Presidência da República)
LEI Nº 15.439	DOU; 29/06/2026	Dispõe sobre os direitos de pessoas com diabetes mellitus tipo 1 e sobre ações voltadas à promoção de sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.	Lei 15.439 (Presidência da República)
LEI Nº 15.450	DOU; 01/07/2026	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir medida destinada à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.	Lei 15.450 (Presidência da República)

LEI Nº 15.451	DOU; 01/07/2026	Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), para priorizar o abastecimento de alimentos à rede de acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar e a seus dependentes.	Lei 15.451 (Presidência da República)
LEI Nº 15.452	DOU; 01/07/2026	Acrescenta art. 326-C à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para reconhecer o Dia Mundial em Memória das Vítimas do Trânsito.	Lei 15.452 (Presidência da República)
LEI Nº 15.455	DOU; 02/07/2026	Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7.12.1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11.01.1990, 10.593, de 6.12.2002, e 11.340, de 7.08.2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar n. 150, de 1º. 06.2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo.	Lei 15.455 (Presidência da República)
LEI COMPLEMENTAR Nº 233	DOU; 02/07/2026	Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para destinar recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) à formação, ao aperfeiçoamento, à especialização e à capacitação continuada dos servidores do sistema penitenciário nacional e dos policiais penais.	Lei Compl. 233 (Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO E SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 126	DOU; 29/06/2026	Dispõe sobre o PRONASCI Juventude, política pública de caráter permanente voltada à prevenção da criminalidade e das violências associadas aos mercados ilegais de drogas.	Port. 126 (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA Nº 1.245	DOU; 29/06/2026	Estabelece diretrizes de articulação, cooperação e apoio técnico a ações de acesso a direitos e inclusão social, denominadas Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social - Cais, no âmbito da política sobre drogas.	Port. 1.245 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 914	DJE/STF; 02/07/2026	Altera o anexo da Resolução n.º 833, de 13 de maio de 2024, que dispõe sobre as Tabelas de Custas e a Tabela de Porte de Remessa e Retorno dos Autos.	Res. 914 (Site do STF)

ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
EMENDA REGIMENTAL Nº 53	DJE/STJ; 01/07/2026	Altera dispositivos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça relacionados à competência, à organização e distribuição dos feitos, às atribuições da Presidência e à sistemática de julgamento, inclusive virtual e no âmbito dos recursos repetitivos.	Emenda Reg. 53 (Site do STJ)
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 32	DJE/STJ; 01/07/2026	Altera a Instrução Normativa STJ/GP n. 24/2026, que regulamenta a Resolução STJ/GP n. 23/2026, que dispõe sobre a convocação, em caráter excepcional e temporário, de juízes para prestarem auxílio aos gabinetes das Primeira, Segunda e Terceira Seções do Superior Tribunal de Justiça.	Instr. Norm. 32 (Site do STJ)
PORTARIA Nº 455	DJE/STJ; 30/06/2026	Dispõe sobre prazos processuais e estabelece o horário do expediente da Secretaria do Tribunal do Superior Tribunal de Justiça no período de 2 a 31 de julho de 2026.	Port. 455 (Site do STJ)
RESOLUÇÃO Nº 33	DJE/STJ; 01/07/2026	Altera a Resolução STJ/GP n. 23 de 10 de abril de 2026, que dispõe sobre a convocação, em caráter excepcional e temporário, de juízes para prestarem auxílio aos Gabinetes das Primeira, Segunda e Terceira Seções do Superior Tribunal de Justiça.	Res. 33 (Site do STJ)
RESOLUÇÃO Nº 34	DJE/STJ; 01/07/2026	Altera a Resolução STJ/GP n. 26/2026, que dispõe sobre a convocação, em caráter excepcional e temporário, de treze juízes auxiliares para prestarem auxílio aos gabinetes dos ministros relatores integrantes da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.	Res. 34 (Site do STJ)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 26	DJE/CNJ; 30/06/2026	Autoriza a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça independente da instauração de revisão disciplinar, não se sujeitando ao prazo decadencial de 1 (um) ano. Apenas as decisões colegiadas (condenação, absolvição, arquivamento liminar ou rejeição de instauração de PAD) sujeitam-se ao prazo constitucional de 1 (um) ano para RevDis no Conselho Nacional de Justiça.	Enunc. Adm. 26 (Site do STJ)
PORTARIA Nº 49	DJE/CNJ; 02/07/2026	Torna público o Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça.	Port. 49 (Site do CNJ)

PROVIMENTO Nº 234	DJE/CNJ; 26/06/2026	Regulamenta o pagamento de passivos funcionais decorrentes do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) aos magistrados no âmbito do Poder Judiciário Nacional, fixa as verbas integrantes da base de cálculo, estabelece os índices de atualização monetária e juros, e determina a ordem cronológica de quitação.	Prov. 234 (Site do CNJ)
PROVIMENTO Nº 235	DJE/CNJ; 02/07/2026	Altera e acresce parágrafos ao art. 2º do Provimento nº 234/2026, que regulamenta os critérios para apuração, atualização e pagamento de passivos funcionais decorrentes do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) no âmbito do Poder Judiciário.	Prov. 235 (Site do CNJ)
PROVIMENTO Nº 236	DJE/CNJ; 02/07/2026	Altera o artigo 5º e acrescenta o 5º-A ao Provimento nº 233, de 24 de junho de 2026, que regulamenta o direito a férias anuais dos magistrados, dispondo sobre o período de gozo, o fracionamento, a acumulação por necessidade do serviço e as hipóteses e critérios para a conversão em pecúnia.	Prov. 236 (Site do CNJ)
RECOMENDAÇÃO Nº 170	DJE/CNJ; 01/07/2026	Regulamenta a Resolução CNJ n. 600/2024, que dispõe sobre a localização de pessoas e bens por oficiais e oficiais de justiça, mediante acesso a sistemas informatizados do Poder Judiciário.	Recom. 170 (Site do CNJ)
RECOMENDAÇÃO Nº 171	DJE/CNJ; 01/07/2026	Recomenda às juízas, aos juízes e aos tribunais competentes para processar e julgar execuções fiscais que priorizem a alienação por iniciativa particular, em substituição ao leilão judicial, observadas a publicidade e a transparência do procedimento, nos termos do art. 880 do Código de Processo Civil.	Recom. 171 (Site do CNJ)
RECOMENDAÇÃO Nº 172	DJE/CNJ; 01/07/2026	Altera a Recomendação CNJ n. 134/2022, que dispõe sobre o tratamento dos precedentes no Direito brasileiro.	Recom. 172 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 684	DJE/CNJ; 01/07/2026	Institui diretrizes nacionais para a instrução de pedidos de lavratura de assento e expedição de certidão de óbito e de autorização judicial de inumação de corpos não identificados ou identificados não reclamados, e dispõe sobre o intercâmbio de dados entre o Cad-PCI Conecta e os cadastros de pessoas desaparecidas, inclusive o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas (CNPD).	Res. 684 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 685	DJE/CNJ; 01/07/2026	Altera a Resolução CNJ n. 558/2024, que estabelece diretrizes para a gestão e destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias no âmbito do Poder Judiciário.	Res. 685 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 686	DJE/CNJ; 01/07/2026	Altera a Resolução CNJ n. 125/2010, que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências, para acrescentar o Anexo V - Enunciados do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação - Fonamec referendados pelo Plenário do CNJ, com aplicabilidade restrita à justiça estadual.	Res. 686 (Site do CNJ)

RESOLUÇÃO Nº 687	DJE/CNJ; 01/07/2026	Dispõe sobre os alvarás para atividade artística de crianças e adolescentes no ambiente digital nas hipóteses do art. 34 do Decreto n. 12.880/2026, com fundamento no art. 149, inciso II, da Lei n. 8.069/1990, e institui o Banco Nacional de Alvarás para Atividade Artística de Crianças e Adolescentes (BNAC).	Res. 687 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 688	DJE/CNJ; 01/07/2026	Altera a Resolução CNJ n. 547/2024, para autorizar a inclusão, em execução fiscal já ajuizada, de créditos inscritos em dívida ativa relativos a impostos sobre a propriedade e tributos correlatos, devidos pelo mesmo sujeito passivo e oriundos da mesma relação jurídica de trato sucessivo, mediante pedido incidental da Fazenda Pública, assegurada ao devedor o exercício do contraditório e da ampla defesa.	Res. 688 (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 5.666	Minas Gerais; 03/07/2026	Dispõe sobre a criação do Prêmio Ângela Diniz para reconhecimento de gestores públicos e agentes políticos que se destacarem na formulação e na implementação de políticas públicas de combate à violência contra mulheres no Estado.	Res. 5.666 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE/INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS/INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 3.417	Minas Gerais; 02/07/2026	Altera a Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 3.345, de 25 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre o recebimento e atendimento das denúncias advindas da sociedade civil e das requisições dos órgãos de controle dirigidas ao Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, relacionadas ao descumprimento à legislação ambiental e de recursos hídricos, e dá outras providências.	Res. Conj. 3.417 (Site da Subsecretaria de Assessoria Técnica Legislativa do Governo de Minas)

LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 12.059	D.O.M.; 27/06/2026	Proíbe a outorga de título, honraria e outras formas de reconhecimento oficial a pessoa condenada, com decisão judicial transitada em julgado, por crime hediondo ou equiparado.	Lei 12.059 (Site da PBH)

LEI Nº 12.061	D.O.M.; 27/06/2026	Dispõe sobre Área de Revitalização Compartilhada e institui incentivo fiscal para projeto de revitalização aprovado pela administração municipal.	Lei 12.061 (Site da PBH)
LEI Nº 12.062	D.O.M.; 01/07/2026	Consolida a legislação que institui selos e certificações públicas no Município.	Lei 12.062 (Site da PBH)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 7.670	DJE; 01/07/2026	Revoga os atos normativos que especifica.	Port. 7.670 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.671	DJE; 01/07/2026	Designa Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 7.671 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.672	DJE; 01/07/2026	Convoca Juíza de Direito para auxiliar os trabalhos da Segunda Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 7.672 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.673	DJE; 01/07/2026	Designa desembargador para a função de Superintendente-Adjunto da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEJ, desembargadora para a função de Coordenadora do Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos e as magistradas integrantes do Comitê Técnico da EJEJ.	Port. 7.673 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.674	DJE; 01/07/2026	Designa Juíza Coordenadora e Juíza-Adjunta do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Capelinha nos períodos que especifica.	Port. 7.674 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.675	DJE; 02/07/2026	Convoca juiz de direito para auxiliar os trabalhos da Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 7.675 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.676	DJE; 02/07/2026	Dispensa juíza leiga de sua função em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 7.676 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.677	DJE; 02/07/2026	Convoca juiz de direito para auxiliar os trabalhos da Primeira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 7.677 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.826	DJE; 30/06/2026	Institui o Grupo Executivo de Governança de Dados - GEX-DADOS no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. Conj. 1.826 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 18	DJE; 30/06/2026	Avisa sobre a necessidade de atualização semestral da Relação Geral de Vacâncias no prazo determinado.	Aviso 18 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 8.847	DJE; 01/07/2026	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Governador Valadares.	Port. 8.847 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.849	DJE; 30/06/2026 e 01/07/2026 (<i>Republicação</i>)	Dispensa e designa juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Paracatu e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.632, de 7 de novembro de 2025.	Port. 8.849 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.850	DJE; 29/06/2026	Dispensa e designa juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Pedra Azul e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.372, de 25 de março de 2025.	Port. 8.850 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.853	DJE; 02/07/2026	Delega aos Juízes Auxiliares da Corregedoria o exercício das atribuições vinculadas às Superintendências Adjuntas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, bem como o exercício das atribuições de Diretora do Foro da Comarca de Belo Horizonte.	Port. 8.853 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.854	DJE; 02/07/2026	Designa juíza de direito para o exercício da função de Juíza-Coordenadora dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 8.854 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.851 (Extrato)	DJE; 30/06/2026	Instaura Processo Administrativo Disciplinar e designa Comissão Processante.	Port. 8.851 (Site do TJMG)
PROVIMENTO CONJUNTO Nº 165	DJE; 30/06/2026	Altera o Provimento Conjunto nº 93, de 22 de junho de 2020, o qual "Institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais".	Prov. Conj. 165 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Biblioteca
Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.